



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 85, DE 28 DE ABRIL DE 2025.**

Autoriza abertura de Crédito Especial.

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir no orçamento do exercício de 2025, crédito especial, com as seguintes rubricas, recursos e respectivos valores:

**I - Crédito**

02 PODER EXECUTIVO  
02 15 AÇÕES NÃO INTEGRANTES AO PPA  
021501 Encargos Especiais  
28 Encargos Especiais  
28 846 Outros Encargos Especiais  
28 846 0000 Encargos Especiais  
28 846 0000 0002 0000 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP E OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS  
1934 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (FR1.2.2500  
0) **R\$30.000,00**

**II - Servirá de recurso o superávit financeiro do exercício anterior - R\$30.000,00**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 28 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS  
GABINETE DO PREFEITO

**JUSTIFICATIVA I AO PL 85/2025.**

A presente abertura de crédito especial, no valor de R\$ 30.000,00, será custeada com recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior.

O objetivo do crédito é viabilizar o pagamento de multas de trânsito classificadas como indenizatórias e indevidas ao erário, cuja responsabilidade individual ainda está em processo de apuração. Essas despesas não estavam previstas na Lei Orçamentária Anual de 2025, tendo sido identificadas no decorrer do exercício.

Em conformidade com as orientações do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), essas despesas devem ser registradas sob a categoria econômica 33.90.39.36 – **Multas Indedutíveis** (despesas decorrentes de penalidades aplicadas em função de infrações à legislação vigente, não passíveis de compensação tributária ou de dedução contábil). Dessa forma, faz-se necessária a criação de dotação orçamentária específica, ausente na estrutura atual.

A abertura do crédito especial justifica-se, portanto, pela necessidade de adequação contábil e orçamentária às normas vigentes, assegurando a correta classificação das despesas, a transparência dos atos administrativos e a continuidade da apuração das responsabilidades pelas infrações cometidas.

Dessa forma, encaminhamos o presente Projeto de Lei para apreciação e aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores, reafirmando o compromisso do Município com a responsabilidade fiscal e a gestão pública eficiente.

GABINETE DO PREFEITO DE VERANÓPOLIS, em 28 de Abril de 2025.

CRISTIANO VALDUGA DAL PAI, Prefeito.

